

Fundamentos de Estágio Supervisionado em História II

Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana



**São Cristóvão/SE
2014**

Fundamentos de Estágio Supervisionado em História II

Elaboração de Conteúdo

Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana

Projeto Gráfico

Neverton Correia da Silva
Nycolas Menezes Melo

Capa

Hermeson Alves de Menezes

Diagramação

Neverton Correia da Silva

Copydesk

Flávia Ferreira da Silva

Copyright © 2014, Universidade Federal de Sergipe / CESAD.
Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização por escrito da UFS.

FICHA CATALOGRÁFICA PRODUZIDA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Chefe de Gabinete

Ednalva Freire Caetano

Ministro da Educação

Aloízio Mercadante Oliva Nascimento

Coordenador Geral da UAB/UFS**Diretor do CESAD**

Antônio Ponciano Bezerra

Diretor de Educação a Distância

João Carlos Teatini Souza Clímaco

coordenador-adjunto da UAB/UFS**Vice-diretor do CESAD**

Djalma Andrade

Reitor

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor

Angelo Roberto Antonioli

Diretoria Pedagógica

Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

Núcleo de Avaliação

Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)

Diretoria Administrativa e Financeira

Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)

Sylvia Helena de Almeida Soares

Valter Siqueira Alves

Núcleo de Tecnologia da Informação

João Eduardo Batista de Deus Anselmo

Marcel da Conceição Souza

Raimundo Araujo de Almeida Júnior

Coordenação de Cursos

Djalma Andrade (Coordenadora)

Assessoria de Comunicação

Guilherme Borba Gouy

Núcleo de Formação Continuada

Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Coordenadores de Curso

Denis Menezes (Letras Portugueses)

Eduardo Farias (Administração)

Haroldo Dorea (Química)

Paulo Souza Rabelo (Matemática)

Hélio Mario Araújo (Geografia)

Lourival Santana (História)

Marcelo Macedo (Física)

Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria

Edvan dos Santos Sousa (Física)

Geraldo Ferreira Souza Júnior (Matemática)

Ayslan Jorge Santos de Araujo (Administração)

Carolina Nunes Goes (História)

Rafael de Jesus Santana (Química)

Gleise Campos Pinto Santana (Geografia)

Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)

Laura Camila Braz de Almeida (Letras Portugueses)

Lívia Carvalho Santos (Presencial)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Fábio Alves dos Santos (Coordenador)

Marcio Roberto de Oliveira Mendonça

Neverton Correia da Silva

Nycolas Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"

Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze

CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE

Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474

Sumário

AULA 1

A Atividade Docente no Brasil Colonial e Imperial:
uma Caracterização Histórica 07

AULA 2

A Atividade Docente na República:
da Prática de Ensino ao Estágio Supervisionado..... 23

AULA 3

Por uma Epistemologia da Profissão Docente 39

AULA 4

A Escola e o seu Entorno:
A Importância do Projeto Político-Pedagógico57

AULA 5

Aspectos do ensino de História no Brasil: conteúdos disciplina
escolar e formação docente 75

AULA 6

Propostas Curriculares Atuais:
Princípios do Ensino de História no Ensino Médio 91

AULA 7

Estratégias para o Ensino de História:
os usos de recursos em sala de aula113

AULA 8

O uso de fontes históricas como recursos
para o Ensino de História. 125

AULA 9

Os Lugares de Memória e o Ensino de História:
Entre Arquivos, Museus e Bibliotecas 149

AULA 10

Organização da Prática Pedagógica no Ensino de História:
Elaboração do Plano de Aula 165

Aula 1

A ATIVIDADE DOCENTE NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL: UMA CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

META

Historicizar a formação e a atuação de professores no Brasil Colonial e Imperial.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Identificar os elementos que caracterizaram a formação e atuação dos professores brasileiros do Brasil Colônia e Império.
- Compreender os primeiros passos do processo de profissionalização docente no Brasil.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá ter conhecimentos básicos sobre a História da Educação no Brasil.

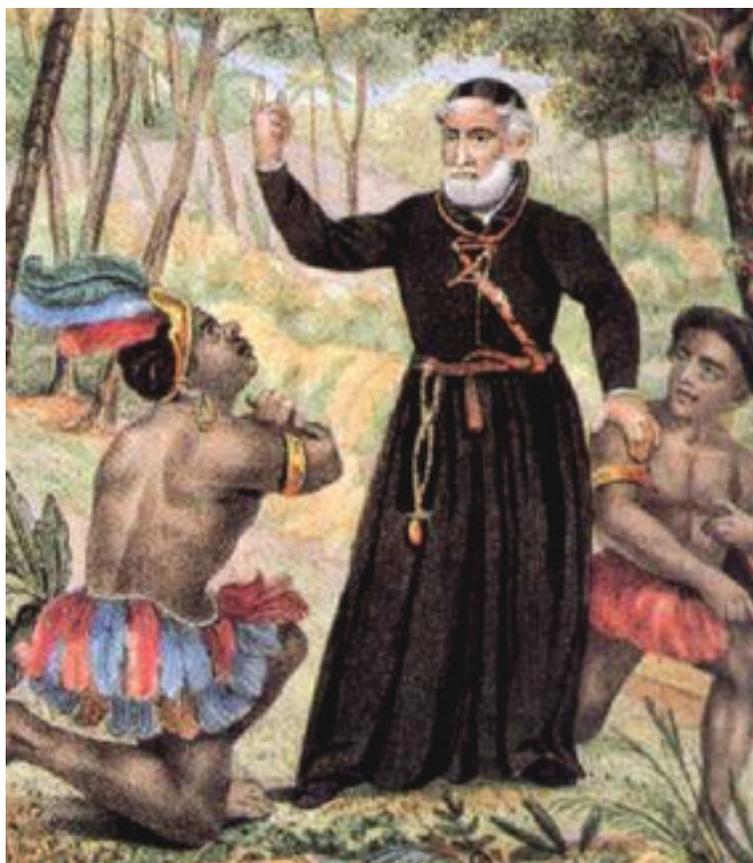
Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana

INTRODUÇÃO

Querido aluno, a formação de professores no Brasil adquiriu várias nuances ao longo dos anos. Primeiramente, temos que entender que não havia uma formação específica para o exercício da docência no Brasil dos primeiros séculos. Segundo, aqueles que se aventuravam pelo caminho do ensino seguiam objetivos diversos, sempre ligados à realidade histórica em que se inseriam.

Dessa forma, para iniciarmos uma discussão sobre a referida temática, partiremos das seguintes questões: Quem exerceu a função de professor ao longo da história do Brasil? Qual a formação dos professores? Quais conteúdos ensinavam? Quais metodologias utilizavam?

Para tanto, precisamos retornar às origens da história nacional, com o objetivo de refletir sobre essas questões, através das inúmeras realidades históricas vivenciadas. Vamos lá?



Fonte: <http://criandocondicoesaliberdade.blogspot.com.br/2012/04/o-sistema-educacional-brasileiro.html>

OS PRIMEIROS PROFESSORES DO BRASIL

A prática institucionalizada da docência no Brasil remonta aos primeiros jesuítas que aqui estiveram para auxiliar a coroa portuguesa a administrar o território “recém-conhecido”. Contudo, ser professor no Brasil nunca foi uma tarefa fácil. Para entendermos esse processo, temos que nos reportar para a situação educacional vivida pelo nosso país nos primeiros séculos de sua existência.

Como enfatizamos, no período colonial, a educação escolar brasileira foi marcada pela atuação dos jesuítas. Estes chegaram com o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, em 1549. Liderados pelo Padre Manuel da Nóbrega, os integrantes da Companhia de Jesus iniciaram o processo de ensino e catequese na Colônia.

O ensino jesuítico era ministrado de acordo com os seguintes eixos: Gramática, Retórica, Humanidades, Filosofia e Teologia. O método pedagógico utilizado resumia-se na *Ratio Studiorum*, planos de estudos que continham um conjunto de regras que uniformizavam os horários das aulas, currículos e método de ensino praticado nos colégios jesuítas.

Como a *Ratio Studiorum* ainda estava em processo de elaboração, sendo concluída em 1599, os primeiros jesuítas que atuavam no Brasil desconheciam as determinações do referido documento, utilizando-se de improvisação, a partir do que as situações diárias lhes imprimiam, não desconsiderando, contudo, aspectos fundamentais do método jesuítico, como o uso dos castigos físicos. (BITTAR, 2011).

Assim sendo, os colégios jesuítas promoviam o ensino e a coroa portuguesa pouco atuava nesse âmbito, interferindo apenas em algumas questões como o impedimento da criação de universidades no Brasil, atitude que demonstrava o real sentido da colonização brasileira. Dessa forma, garantia-se a dependência e o controle da metrópole sobre a formação intelectual das elites, que só tinham acesso aos cursos superiores ministrados em países europeus (FONSECA, 2006).



Antigo Colégio dos Jesuítas em Salvador/ Bahia (1553)

Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/colégio-jesuítas.htm>

Contudo, um corte significativo nessa relação entre o Estado português e a Igreja Católica se deu com a Reforma Pombalina, na segunda metade do século XVIII, empreendida pelo governo de D. José I, executadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que promoveu, com ideais iluministas, além de outras medidas, a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de todos os seus territórios, em 1759.

Diante dessa realidade, temos que entender, primeiramente, que a Reforma Pombalina possuiu dois momentos principais: a Reforma dos Estudos Menores, ligada ao Alvará de 28 de novembro de 1759, correspondendo ao **ensino de primeiras letras e o ensino secundário**, e a Reforma dos Estudos Maiores, a partir de 6 de novembro de 1772, referente ao ensino nas **universidades de Coimbra**.

Ver glossário no final da Aula

Ver glossário no final da Aula

Nesse sentido, questionamos: quais as implicações da Reforma Pombalina para a atuação dos professores no Brasil? A resposta será dada considerando quatro elementos fundamentais: a implantação das Aulas Régias; o processo de seleção de professores, via concurso; os salários dos professores e a discussão sobre a profissionalização docente.

Inicialmente, esclarecemos que as Aulas Régias inauguraram o ensino público no Brasil. A partir delas, o Estado português assumiu o controle do ensino na colônia, antes sob a autoridade jesuítica. Nesse sentido, é preciso que entendamos que o processo de instituição das Aulas Régias não se deu abruptamente, mas acompanhou os dois momentos da Reforma Pombalina.

Com isso, a primeira fase contemplou principalmente o ensino secundário, sendo que somente as Aulas de Humanidades foram reformadas, ficando as Aulas de Primeiras Letras contempladas, somente, na segunda fase da reforma, a partir de 1772. (CARDOSO, 2010).

Quanto ao funcionamento do novo sistema, destacamos a criação do cargo de Diretor dos Estudos, responsável pelo planejamento, execução e controle dos professores na metrópole e nas colônias. Por sua vez, o processo de seleção dos docentes dava-se através do concurso público, mediante avaliação de uma banca presidida pelo Diretor de Estudos. (CARDOSO, 2008).

Ressaltamos que os professores particulares também tiveram atenção na referida legislação, inclusive o governo incentivava a criação de escolas particulares para atender a demanda que o ensino público não conseguia suprir. Em relação ao exame dos professores particulares, Barbosa (2010) afirma que a banca montada para a avaliação dos docentes interessados nas Aulas era composta apenas por dois professores com conhecimentos na área específica.

De maneira geral, o processo de seleção, tanto para professores régios quanto para professores particulares, dava-se da seguinte maneira: primeiro era publicado um edital na localidade onde haveria o exame; em seguida os interessados inscreviam-se indicando a vaga que pretendiam ocupar e eram avaliados pela banca. Até 1830 não havia limite de idade, sendo que

a partir daquela data, só puderam assumir a função os maiores de 25 anos. Cardoso (2008) ainda acrescenta:

Os exames eram gratuitos e não se exigia dos candidatos a professor régio ou ao ensino particular qualquer diploma ou comprovante de habilitação para o cargo pretendido. Como não havia prova de aula, somente um exame de gramática e outro de matemática, quem já lecionava não levava nenhuma vantagem. O concurso funcionava, ao mesmo tempo, como garantia da qualidade do ensino, além de fornecer um estatuto profissional para o mestre. (CARDOSO, 2008, p.188).

Diante do exposto, verificamos que não havia critérios muito específicos de seleção, apenas a comprovação de aptidão, a partir de um conhecimento que era medido por provas escritas, sendo excluída a possibilidade de observar o desenvolvimento oral dos candidatos.

Em relação às Aulas de Humanidades, o primeiro concurso realizado no Brasil ocorreu em Recife, a 20 de março de 1760. Contudo, até 1765 não havia sido nomeado nenhum professor, embora vários concursos já tivessem sido realizados. Acrescenta-se também a essa situação a falta de livros recomendados pelo Alvará de 1759, as disputas políticas e o acesso restrito a uma grande parcela da população. (CARDOSO, 2008).

Nessa conjuntura, destacamos que os docentes recebiam seu salário em três parcelas ao longo do ano, sendo que os professores das localidades com maior população recebiam mais, que os de localidade menores. Os professores de Primeiras Letras recebiam entre 80\$000 e 150\$000 réis, sendo que os professores das Aulas de Humanidades poderiam receber de 80\$000 a 460\$000 réis. Com esses recursos, cabia aos professores o financiamento dos estudos e das aulas, sendo que a escola funcionava em sua própria casa e o material utilizado era de sua responsabilidade. Eles também tinham a incumbência de conduzir os alunos à missa pelo menos um domingo ao mês, promovendo também a educação moral, cívica e religioso. (CARDOSO, 2008).

Destacamos ainda que até 1822, os docentes eram avaliados em sua atuação, apenas em relação à sua conduta moral. O pároco, o chefe de polícia e os pais dos alunos eram encarregados de fiscalizá-los, denunciando qualquer irregularidade à Real Mesa Censória. (CARDOSO, 2008).

Nesse contexto, destacamos a discussão existente em torno da legislação pombalina no que concerne ao processo de profissionalização docente. Primeiramente, enfatizamos que os professores deste período ainda não formavam uma classe profissional, pois era o Estado que constituía os docentes em corpo profissional, ou seja, os professores faziam parte de um grupo “ciente dos seus direitos, inclusive dos privilégios, mas não tinha um espírito de corpo, uma vez que foi criado por um Estado absolutista e não por um processo histórico de conquista e espaço por uma determinada categoria.” (CARDOSO, 2010, p.110).

Por outro lado, “é inegável que a criação das aulas régias e de todo o aparato relacionado, ajudou a iniciar o processo de formalização do ensino e da profissão docente na América portuguesa.” (FONSECA, 2006, p.71).

O fato é que, essa questão emerge nas atuais discussões sobre a importância desse conjunto de leis, que representaram a primeira tentativa de se criar um sistema de ensino mais efetivo no Brasil.

Nesse quadro, podemos refletir sobre a questão da identidade do professor no Brasil ao longo da nossa história. O que foi e o que é ser professor? Qual a verdadeira identidade profissional do docente?

Avancemos na nossa discussão histórica para melhor compreendermos esse processo.



A ATIVIDADE DOCENTE DOS FRANCISCANOS NO BRASIL: UMA HISTÓRIA PARA SER CONTADA

Para além do processo de relação do Estado português com os jesuítas, destacamos a presença dos franciscanos no Brasil e a negligência em relação à sua ação na educação brasileira.

Sabemos que os franciscanos foram os primeiros representantes da igreja a pisarem em solo brasileiro. A primeira missa, por exemplo, foi rezada pelo Frei Henrique Soares de Coimbra.

Assim sendo, desde a fundação da ordem, no século XIII, antes mesmo do surgimento da Companhia de Jesus, os franciscanos já participavam da educação nas principais universidades medievais e casas de estudo. Em Portugal, os seus integrantes dirigiam as Escolas de Teologia dos Conventos de São Francisco de Lisboa e de Coimbra, antes mesmo da criação dos cursos superiores de Teologia.

Aqui no Brasil, partindo da sua presença em Pernambuco, os franciscanos expandiram-se para outras localidades, no norte, como Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Grão-Pará e Maranhão, e no sul, é registrada a sua presença em conventos de Macacu, Cabo Frio, Taubaté e Itu.

A atuação dos franciscanos deu-se tanto no ensino primário, quanto no secundário. Para além da catequese dirigida aos indígenas, prioritariamente em escolas construídas junto à capela e residência dos membros, a partir de 1718, há registros da dedicação dos franciscanos ao ensino elementar através de escolas de gramática ou de primeiras letras nas localidades em que fundavam seus conventos.

Em relação ao ensino secundário, “a atuação franciscana só foi possível após a expulsão dos jesuítas, que, até então, monopolizavam esse seguimento.” (SARGENTIS, 2008, p.101).

No ensino superior, por sua vez, destacamos a atuação da ordem franciscana no convento-universidade de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, através do ensino de Teologia e Filosofia.

Com isso, verificamos que as peculiaridades do processo de escolarização brasileira vão além da atuação dos jesuítas, assumindo várias nuances, a partir das inúmeras realidades vivenciadas no território brasileiro. A atuação dos franciscanos confirma esse quadro.

REFERÊNCIA

SARGENTIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria e Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara Histórias e memórias da educação no Brasil (Vol. 1- Séculos XVI-XVIII). Petrópolis: Vozes, 2008. p.93-107.

A partir da discussão apresentada por Sargentis (2008), estabeleça um comparativo entre a função exercida pelos jesuítas e pelos franciscanos na educação brasileira. (Indicação de leitura: Aula 5 “A educação na América Portuguesa” do Guia de História da Educação Brasileira).

COMENTÁRIO SOBRE A ATIVIDADE

A atuação dos jesuítas adquiriu significativa importância para o ensino nos primeiros anos do processo de colonização brasileira. Por outro lado, outras ordens religiosas, a exemplo dos franciscanos, também tiveram sua parcela de contribuição, sendo, contudo, negligenciadas pelos pesquisadores. É importante lançarmos um olhar sobre realidades diversas para melhor compreendermos os processos educacionais que influenciaram na configuração da educação nacional.

A LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827 E A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS: NOVOS RUMOS PARA A DOCÊNCIA NO BRASIL?

No processo de afirmação do Brasil independente, a educação recebeu atenção através da Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu a criação de escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais popu-

losos do Império. Esta lei incentivou a difusão das Aulas Régias, tentando estender o ensino público por todo o território nacional.

Levando-se em consideração a sua importância, sendo a primeira lei geral sobre educação no Império brasileiro, questionamo-nos: o que esta lei trouxe de novidade para a educação brasileira? E o professor, como foi tratado pela letra da lei?

Primeiramente, a seleção dos docentes ocorreria conforme preceitua o seu Art. 7º: “Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.”

Segundo o texto da lei, aqueles professores que já atuavam não poderiam ser automaticamente contratados pelo Estado, sem passarem pelo exame, ou seja, não haveria nenhum tipo de privilégio para aqueles que já exerciam a profissão docente.

Em relação aos salários dos professores, o artigo 3º determinava que os presidentes, em Conselho, taxariam interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 réis anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares.

Contudo, uma das mudanças introduzidas consistiu na instituição do método Lancaster ou de ensino monitorial/mútuo, no qual o professor era auxiliado por monitores, alunos destacados que trabalhavam diretamente com os colegas auxiliando-nos no processo de aprendizagem. “Com essa organização, o papel do professor é restrito. Ele não tem contato direto com os alunos, a não ser antes da aula com os monitores.” (BASTOS, 2010, p.37). Dessa maneira, o objetivo central da referida metodologia de ensino era atingir o maior número possível de alunos.

A formação dos professores foi lembrada pela lei imperial. No artigo 5º podemos observar que os professores que não tinham a necessária instrução do ensino elementar, iriam instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Entretanto, apesar das iniciativas, a implantação do referido método encontrou muitos desafios, principalmente, em relação à falta de local adequado ao seu funcionamento e também à escassez de material necessário ao bom desenvolvimento do método.

O fato é que o método mútuo, segundo Bastos (2010) continuou presente no ensino brasileiro oficialmente até a Reforma Couto Ferraz (Decreto nº 1331, de 17/02/1854), sendo, contudo, identificado em muitos outros documentos posteriores a esta data durante o império, juntamente com o **método simultâneo** ou **misto** e ainda, na atualidade, encontramos alguns resquícios de sua presença.

Ver glossário no final da Aula

Nesse contexto, enfatizamos que durante a vigência da lei de 1827, continuou o sistema das Aulas Régias instituídas na Reforma Pombalina, somente extintas após o Ato Adicional de 1834, que descentralizou o ensino,

transferindo para as províncias a responsabilidade na organização do mesmo, originando um processo de novos reajustes, dentre os quais destacamos a criação das escolas normais em todo o território.

Nessa direção, a primeira Escola Normal do Brasil foi fundada em 1835, localizada em Niterói no Rio de Janeiro, através da Lei nº 10, de 10 de abril. No artigo nº 15 da referida lei, há a prescrição da suspensão do “provimento de cadeiras de primeiras letras vagas ou que vagarem, até que na escola normal se habilitassem pessoas que a possam servir”.



Escola Normal do Rio de Janeiro (1888-1914)

Fonte: <http://heloisahmeirelles.blogspot.com.br/2012/09/educar-e-instruir.html>

A partir de então, toda uma tradição em relação à formação de professores foi gestada e desenvolvida, tendo como foco as escolas normais, que vivenciaram momentos de avanços e retrocessos, possuindo existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente, no processo de formação dos professores de Primeiras Letras. (SAVIANI, 2009).

Dessa forma, destacamos a criação das escolas normais em várias províncias brasileiras: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, **1870** ; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, em 1890. (SAVIANI, 2009).

Nesse contexto, a estrutura inicial de funcionamento das escolas era bastante rudimentar. Os prédios e estrutura física no geral apresentavam

Ver glossário no final da Aula

deficiências, o currículo era incipiente, os conteúdos ministrados eram os mesmos do ensino primário, apenas acrescentando a formação pedagógica através da disciplina “Pedagogia ou Métodos de Ensino”, havia apenas dois professores e a frequência dos alunos era bastante reduzida. (TANURI, 2000).

Desta feita, as escolas normais não preconizavam uma formação específica, com uma orientação pedagógico-didática mais profunda, havendo apenas a preocupação com o domínio dos conteúdos a serem ministrados nas escolas de Primeiras Letras. (SAVIANI, 2009).

Em meio a uma trajetória incerta, as escolas normais brasileiras só vieram a consolidar-se, a partir da década de 1870, quando se cristalizaram os ideais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, assim como a liberdade de ensino. (TANURI, 2000).

Todos esses fatores, aliado ao desprestígio em relação ao exercício da docência, devido principalmente aos baixos salários e à pouca valorização da formação para a atuação em sala de aula, contribuíram para a instabilidade no processo de capacitação dos professores brasileiros durante grande parte do período Imperial. (TANURI, 2000).

Dito isto, concluímos respondendo à questão desta seção, qual seja: a lei de 15 de outubro de 1827 e as escolas normais trouxeram novos rumos para a educação brasileira? Inferimos que a referida lei apresentou uma proposta de mudança tentando organizar o ensino brasileiro, porém, diante da realidade social, econômica e política, deixou a desejar, principalmente, nos aspectos da falta de estrutura financeira e administrativa, diante da necessidade educacional do nosso território.

Em relação à formação de professores, verificamos que a letra da lei prescreveu que a incumbência seria dos próprios docentes, algo que não contribuiu efetivamente para a melhoria do ensino, já que não dava condições salariais para a realização dessa capacitação.

Por sua vez, as escolas normais tiveram existência efêmera em várias províncias brasileiras, sua estrutura era bastante rudimentar em termos de conteúdo e de formação docente, não contribuindo efetivamente para a melhoria do ensino, nos seus primeiros anos de funcionamento.

A partir da segunda metade do século XIX, houve um redirecionamento, fruto de um conjunto de ideias como a de democratização e obrigatoriedade do ensino, além da abertura à frequência feminina, antes restrita ao sexo masculino, que contribuíram para maior valorização das escolas normais. Todavia, ainda necessitavam de uma reforma significativa, principalmente em termos qualitativos, que ficou para ser efetivado na República. (TANURI, 2000)

Com isso, podemos inferir que a formação de professores primários caminhou a passos lentos, durante o Brasil Império, sendo caracterizada por avanços e retrocessos, característicos do processo histórico de afirmação do ensino em nosso país.

OS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO DURANTE O IMPÉRIO BRASILEIRO

Em relação ao ensino secundário durante o Império, enfatizamos o processo de tentativa de reunião das Aulas Régias de Humanidades, com destaque para a criação, por influência francesa, dos Liceus, a exemplo dos de Pernambuco, em 1826; o do Rio Grande do Norte, em 1835, e os da Paraíba e da Bahia, em **1836**. (VECHIA, 2008).

Contudo, os liceus apresentavam uma organização frágil, consistindo apenas na reunião de aulas avulsas sem qualquer integração ou organicidade entre as cadeiras. (VECHIA, 2008).

Inserido nessa conjuntura, o governo imperial criou o Colégio Pedro II, em 1837, reunindo as aulas avulsas de humanidades, com o objetivo de educar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira, servindo de modelo para as instituições de ensino público e particular. (VECHIA, 2008).

Diante do exposto, questionamos: Quem eram os professores do Pedro II? Qual a sua formação? Os professores do Pedro II eram intelectuais importantes no cenário brasileiro, ocupantes de cargos públicos significativos.

Em relação à sua formação, frisamos que a maioria dos docentes eram provenientes dos cursos de Direito, Medicina e Engenharias, além de militares, agrônomos e seminaristas, já que no período não havia cursos específicos de formação de professores para atuarem no ensino secundário, apenas para o primário através das escolas normais.

Com isso, ressaltamos que os professores do Pedro II eram autodidatas, ou seja, não apenas possuíam conhecimentos da área específica de sua formação, mas também tinham um vasto saber adquirido ao longo de sua vida, transitando por outras áreas do conhecimento.

Desta feita, o Pedro II buscou imprimir, ao longo dos anos, um modelo de ensino para o restante do Brasil, incentivando as províncias a adequarem os seus planos de estudos aos programas de ensino e livros didáticos da referida instituição, exigidos para os exames de preparatórios.

Assim, o Pedro II continuou durante todo o Império e, adentrou no período republicano, como o parâmetro a ser seguido pelos Liceus e Ateneus, representando, contudo, um ensino que visava atingir somente uma pequena parcela da população.

Nessa perspectiva, destacamos ainda a intrínseca relação existente entre os professores do secundário e a Escola Normal de Niterói. Muitos professores do Pedro II lecionavam na escola Normal de Niterói, além de exercerem outras funções públicas, a exemplo de cargos políticos, completando a rede de sociabilidades com o exercício de funções em instituições científicas e culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras. (GASPARELLO E VILLELA, 2004).

O fato é que a elite letrada do Império exercia uma influência considerável não somente ministrando no ensino secundário, mas também formando professores para o ensino primário. Esse grupo direcionou o ensino no Brasil não somente através do exercício da docência, mas também com a publicação de livros diversos, incluindo os didáticos e exercendo cargos públicos em instituições culturais.



Considerando os aspectos ressaltados na discussão desta aula, apresente uma síntese de uma lauda sobre a formação e atuação dos professores no Brasil Colônia e Império, considerando a questão da profissionalização docente. Houve mudanças ao longo dos anos?

COMENTÁRIO SOBRE A ATIVIDADE

Ao longo dos anos, os professores do Brasil desenvolveram a atividade docente de acordo com as inúmeras realidades que moldaram o ensino e a educação, de maneira geral. Desta feita, desde a Colônia, perpassando pelo Império ocorreram mudanças o processo de organização dos docentes como grupo profissional, ou seja, a profissionalização da docente foi adquirindo nuances específicos que contribuíram para a sua posterior consolidação.

CONCLUSÃO

Queridos alunos, nesta aula, discutimos sobre o ser professor no Brasil Colonial e Imperial. Assim sendo, a identidade docente assumida pelos “mestres” brasileiros constituiu-se de várias nuances que permearam a sua atuação.

Desta feita, a compreensão desse processo perpassa pela consideração das “políticas educacionais” implementadas pela Coroa Portuguesa na Colônia e pelo governo brasileiro na fase Imperial, associadas às práticas dos docentes frente a estas e outras realidades, como a social e a econômica.

Com isso, a partir da Reforma Pombalina, uma nova configuração do ensino foi implementada no Brasil Colonial, organizando um primeiro quadro de professores sob a custódia do Estado português, não constituindo, contudo, um corpo profissional. No entanto, abriu-se um processo de formalização da profissão docente, que, posteriormente, se cristalizou em profissionalização dos professores brasileiros.

Nessa direção, até 1835, não havia cursos de formação de professores, sendo que os docentes das escolas de Primeiras Letras eram pessoas que possuíam capacidades mínimas, como saber ler e escrever.

Já no ensino secundário, a realidade era diferente, sendo os professores a elite letrada, detentora de conhecimentos adquiridos em áreas como a medicina, o direito, engenharia química, farmácia, agronomia, dentre outras. Ou seja, os docentes não recebiam uma formação para “serem professores”, mas exerciam tal função como portadores de um conhecimento reconhecido como válido na sociedade de então.

Em síntese, a realidade educacional brasileira do período configurou-se, no ensino primário, como deficitária e instável, e no ensino secundário apresentando maior organização, tendo como modelo o colégio Pedro II, no sentido de proporcionar à elite local uma formação mais sólida, preparando-a para o exercício do poder e condução dos destinos do Brasil.



RESUMO

Podemos afirmar que os primeiros professores formais do Brasil foram os jesuítas e o ensino ministrado tinha um caráter eminentemente humanista e elitista. Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, uma nova realidade apresentou-se no território brasileiro: as Aulas Régias. Com a lei de 15 de outubro de 1827, houve a tentativa de organizar o ensino, através da criação de escolas de Primeiras Letras nos lugares mais populosos, bem como instituindo o método de ensino mútuo ou Lancaster. Diante das adversidades próprias da realidade brasileira, o referido sistema não trouxe grandes mudanças, vigorando até a instituição do Ato Adicional de 1834, quando a responsabilidade pelo ensino de Primeiras Letras foi transferido para as províncias. A atuação dos professores acompanhou as referidas mudanças, sendo que os mesmos tentaram adequar-se ao método de ensino mútuo, encontrando inúmeras dificuldades, principalmente relacionadas à falta de estrutura material e financeira. Contudo, o processo de formação de professores primários adquiriu novo fôlego com a criação da primeira Escola Normal do Brasil, em 1835, não suprimindo, contudo, a demanda educacional. Em relação ao ensino secundário, os professores que ensinavam no Pedro II e demais liceus e ateneus provinciais não tinham formação docente específica, sendo provenientes de áreas diversas, tentando garantir uma boa formação para a elite brasileira. O fato é que a profissionalização docente no Brasil Colonial e Imperial não se cristalizou devido à instabilidade educacional característica desses períodos, dando, contudo passos significativos no processo de gestação de um corpo de professores institucionalizado.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, discutiremos sobre o processo de formação e atuação de professores durante o período Republicano, ressaltando o papel inicialmente exercido pelas escolas normais e, posteriormente, pelos cursos de licenciatura, destacando a Prática de Ensino e chegando à realidade atual com o Estágio Supervisionado.



AUTO-AVALIAÇÃO

Refleta sobre os seguintes pontos:

- 1- Sou capaz de refletir e discutir como se deu o processo de formação e atuação dos professores brasileiros na Colônia e no Império?
- 2- Compreendo como a profissionalização docente adquiriu os seus primeiros contornos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP, 2005. Tese (Doutorado em Educação)
- BARBOSA, 2010. O ensino de Gramática Latina e a institucionalização da profissão docente. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Org). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 115-133.
- BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil** (Vol. 2- Século XIX). Petrópolis: Vozes, 2010. p.179-191. p. 34- 51.
- BITTAR, Marisa. Colégios e regras de estudo no sistema jesuítico de educação. **Série – Estudos**. Campo Grande- MS, nº 31, jan/jun. 2011. p. 225- 244.
- BRASIL. **Ato adicional de 1834** (Lei nº 16 de 12 de agosto). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso: 22/05/2013.
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>. Acesso: 22/05/2013.

BRASIL. **Lei nº 10 de 10 de outubro de 1835**. Disponível em http://www.infoiepic.xpg.com.br/hist_ato10.htm. Acesso: 22/05/2013.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil** (Vol. 1- Séculos XVI-XVIII). Petrópolis: Vozes, 2008. p.179-191.

_____. Notas sobre a história da profissão docente no mundo luso-brasileiro. In: **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira**. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 103-113.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GASPARELLO, Arlette Medeiros e VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Uma identidade social em formação: os professores secundários no século XIX brasileiro. **Anais do III CBHE**. São Paulo: PUC/PR, 2004.

SARGENTIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil** (Vol. 1- Séculos XVI-XVIII). Petrópolis: Vozes, 2008. p.93-107.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 40, jan/abr. 2009. p. 143-155.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000. p. 61-193.

VECCHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil** (Vol. 1- Séculos XVI-XVIII). Petrópolis: Vozes, 2010. p.78-90.

GLÓSSARIO

Ensino de primeiras letras e ensino secundário: Ressalte-se que somente após a independência do Brasil é que os Estudos Menores apareceram separados nos documentos oficiais, em dois níveis distintos, quais sejam: o primeiro com o título de ensino primário ou instrução primária, e o segundo, com o ensino secundário, de humanidades ou Aulas de estudos menores. (CARDOSO, 2008).

Universidade Coimbra: Lembremo-nos que neste período a Coroa Portuguesa não permitia a criação de universidades no território brasileiro.

simultâneo ou misto: O método simultâneo “consiste em o professor instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinado. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogênea, de acordo com o seu grau de instrução. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material igual para todos.” (BASTOS, 2008, p.34).

método misto: Segundo Bastos (2008) o método misto constitui-se de um sincretismo entre o método mútuo e o simultâneo, sendo que o professor ministra uma parte do ensino e outra é confiada ao monitor.

1870 ano: Ressaltamos que a Escola Normal em Sergipe surgiu anexa ao Atheneu Sergipense. Para maiores informações, ver Alves (2005).